

MULHERI

ANO VII
Nº 32
SET. 1987
SÃO PAULO
BRASIL
Cz\$ 35,00



T R A B A L H O

CHEGA de DISCRIMINAÇÃO

Loucura, da Fábrica para a Casa pg. 3

Luci Choinaski: uma Agricultora contra os Marajás

pgs
4 e 5

PONTOS DE VENDA

DISTRITO FEDERAL
Editorial Ribeiro, SDS Edifício Miguel Bardia, sala 402, Ione (061) 226-0482, Brasília.

MINAS GERAIS
Espaço Cultural Livros e Artes, Rua São João, 367, Ione (032) 211-2029, Jaz de Fora.

MATO GROSSO DO SUL
Regina Arakaki, Rua Rui Barbosa, 2.324, Ione (087) 352-0642, Campo Grande.

PARÁ
Jane Botelho, (091) 229-8336, — Belém.

PARANÁ
Distribuidor J. Giorgiano Cia. Ltda, Av. Nova Iguaçu, 624, Ione (041) 233-362, — Curitiba.

PERNAMBUCO
Vilma Lessa, Ione (081) 24-0585.

RIO DE JANEIRO
Davilbo Livraria, Rua Visconde do Príncipe, 571-B, Travessa do Ouvidor, 11, — Rio de Janeiro.

RIO GRANDE DO SUL
Distribuidor Marco Amaral, Pea, Rui Barbosa, 39, sala 6, Ione (0512) 26-9747, Porto Alegre.

Banca Vera Cruz, Praça da Alfândega.

LIVRARIAS
Graphis, Livraria Catê, Rua Tomas Flores, 340.
Livraria CAErluist, Av. Paulo Gama, s/n°.
Livraria Autores Nossos, Av. Enio Verissimo, Centro Municipal de Cultura.
Livraria Adão Sill, Rua Gal. Vitorino, 140, sala 27.
Livraria Arcano 17, Av. Protácio Alves, 1.138.
Livraria Mercado Aberto, Rua Riachuelo, 1.291.
Livraria Mercado Aberto, Rua da Conceição, 205.
Livraria Palmiranca, Rua Gal. Vitorino, 140, 1° andar.
Livraria Prosa e Verso, Rua Mostardero, 120, loja 4.
Livraria Tenda Mundo, Rua Gal. Vitorino, 129, sala 21.

SANTA CATARINA
Ana Lucia Gomes Mesquita, Cidade Universitária, caixa postal 5060, Florianópolis.

SÃO PAULO
Trans Editora Maciel, R. Frei Santana Galvão, 26, Ponte Pequena.

BANCAS
 Na capital **Mulherio** é encontrado em todas as bancas onde se vende **Jornal do Brasil**.

LIVRARIAS
Belas Artes, Al. Lamer, 1.326, São Paulo.
Belas Artes, Av. Paulista, 2.448, São Paulo.
Brasiliense, Rua Oscar Freire, 861, São Paulo.
Livraria Scandinavian, Rua Augusta, 2.349, São Paulo.
Livraria Favre, Av. Santo Anário, 194, São Paulo.
Livros, Rua Ignácio Pereira da Rocha, 264, São Paulo.
Unigris, Bar Avenida, Av. Pedroso de Moraes, 1.335, São Paulo.

CAMPINAS
Mônica Alton Pires, Ione (019) 24-3267.

TAUBATÉ
Aparição Editora da Silva Ferreira, R. Antero Fontes da Silva, 28 — Vila São Geraldo.

Locucas da Praça de Mayo

Gostaria de fazer um reparo no excelente artigo "A procura de um Anjo", **Mulherio** n.º 29, sobre o livro **Eu, Zuzu Angel**, procuro meu filho, de Virginia Valli. "Locucas da Praça de Mayo" foi uma expressão criada pelos militares argentinos para designar pejorativamente as mães que procuravam os filhos desaparecidos nas mãos da ditadura militar.

Judith Patarra
 São Paulo, SP



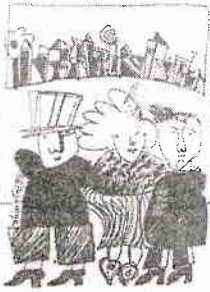
Em busca de orientação

Somos um grupo de mulheres guaratubanas cansadas de tanto lutar sozinhoas e, talvez, de maneira equivocada, pois não vemos perspectivas para nossos problemas, que são muitos. Assim resolvemos nos organizar para melhor direcionarmos e resolvermos nossas questões. Para isso, estamos nos dirigindo às companheiras através do **Mulherio** para que nos orientem sobre o melhor caminho para chegar à organização.

Alvanira Soares de Jesus
 Rua Menelau de Almeida Torres, 886
 63280 — Guaratuba, PR

Um elogio

Gostaria de parabenizar a equipe pelo excelente qualidade do jornal e pela enorme contribuição que ele dá à questão feminista. É, realmente, um prazer e um privilégio poder contar, agora, com a edição mensal.



Manifestação a favor das mães dos desaparecidos na Argentina, SP, 1980

Para Goiânia que tem uma imprensa basicamente oficial e muito restrita aos interesses de grupos dominantes, o jornal **Mulherio** é lido com avidez tanto pelas mulheres feministas, como por todos aqueles que se interessam pela questão.

Eliane Gonçalves
 Goiânia, GO

Muitas retificações

Acabo de receber o **Mulherio** n.º 31, cheio de matérias informativas interessantes, que sobram ares de um modernismo que ainda não chega aqui pelas nossas bandas, dando-nos a chance de saber o que rola na atualidade do "sui-mara-vilha".

Saui também uma matéria intitulada **Propostas para o Saúde**, assinada por mim, com informações sobre o trabalho da nossa Comissão Saúde e Direitos da Mulher. Foi simpático vocês darem o destaque, mas confesso que me surpreendi com o que li. Não sei se foi problema da composição ou da copidescação, o fato é que o que chegou às páginas de vocês não retrata o nosso trabalho nem a nossa proposta, e, o que é pior, dá a entender coisas que não são nossa pretensão realizar. Vamos por partes, então. Em primeiro lugar, não se trata da "seqüência de um trabalho desenvolvido a partir do 1º Seminário sobre Ações Integradas de Saúde realizado em Brasília", (do qual não temos notícia), aquilo que estamos fazendo. Creio que deva haver uma elipse no texto original, onde explicá-vamos que a Comissão surge depois da Conferência Nacional sobre Saúde e Direitos da Mu-



lher, ocorrida em Brasília em 1986, e contávamos como chegamos a montar um Seminário sobre Ações Integradas de Saúde em Campina Grande em 1987. Em seguida, ainda na mesma frase, a matéria afirma que a Comissão "pretende realizar mais um encontro nacional, em outubro, com o objetivo de reavaliar os pro-

O parágrafo seguinte estabelece nova confusão, ao colocar a luta pe-

la criação da CIMS como uma questão no plural ("reivindicar às autoridades a criação das Comissões Interinstitucionais Municipais de Saúde"), como se estivéssemos falando pelo Estado da Paraíba como um todo, dirigindo-nos a todos os municípios, por um lado, e como se isto tivesse sido desvinculado do objetivo principal nosso, a implantação do PAISM. Na verdade, a reivindicação do PAISM não pode ser aceita, na atual estrutura do serviço nacional de saúde, sem a criação de uma CIMS por município onde ele vai ser implantado, uma vez que o Plano é uma Ação Integrada de Saúde, e qualquer uma delas deve estar sujeita ao gerenciamento de uma Comissão tipo CIMS, que integre as autoridades de saúde diversas da localidade e a comunidade.

As confusões dos parágrafos seguintes são de menor gravidade, sublinhando apenas a impressão provocada pelos equívocos mencionados: a de que vamos avaliar políticas nacionais em grandes encontros no país todo, reunidos em Campina Grande, sob a égide da Comissão Saúde e Direitos da Mulher deste município. Lamento realmente que tenha acontecido este grau de barulho na transmissão da informação, e queria reafirmar nossa relação de colaboração apontando a para vocês como uma forma de reforçar a seriedade da imprensa alternativa.



MULHERIO

Conselho Editorial: Albertina de Oliveira Costa (Fundação Carlos Chagas, SP); Bela Feldman-Bianco (Unicamp, SP/Southeastern Massachusetts University, USA); Emir Sader (USP); Fátima Jordão (pesquisadora, SP); Fulvia Roemberg (Fundação Carlos Chagas, SP); Helôisa Buarque de Holanda (UFRRJ/Stamford University, USA); Lúcia Castello Branco (ensasta, MG); Maria Lúcia de Barros Mott (historiadora, SP); Mariáuzilia Rosa Rocha (Conselho Municipal da Mulher de Salvador, BA); Marlyze Meyer (Unicamp, SP); Mouraz Benedito (jornalista, SP).

Editoria-responsável: Inês Castilho (MTB 17.565); **Editora:** Santuária Silveira (MTB 13.817); **Repórteres/Redatores:** Lourmar Coelho e Paula Magalhães; **Secretária de Redação:** Pêrola

Paes; **Arto:** Jaime Prades e Walkyria Sulaman; **Administração e Finanças:** Mônica Boudry; **Assistente:** Maria Tereza de Lima; **Distribuição e Divulgação:** Susana Beatriz; **Méza Henri;** **Assinaturas e Expedição:** Helena Maria Moraes; **Secretária Geral:** Tânia Cristina Vieira de Paulo.

Os artigos assinados não refletem necessariamente a opinião do jornal. Reprodução total ou parcial de matérias, desde que citada a fonte.

Mulherio é publicado pelo Núcleo de Comunicações Multíplas, associação civil sem fins lucrativos, com apoio do Fundo de Ford do Brasil, RJ. Reprodução e administração à Rua Celina Magalhães, 204, Pinheiros, 05.121, São Paulo, SP. Brasil. Ione (011) 217-8952.

Composição, Fotoálto e Impressão: Cia. Editora Terra, Rua Anjo Assado, 1917, telêfona 816-4903.

Tragem desta edição: 12 mil exemplares.

PARA FORA



Espero que vocês tornem minhas observações à altura do respeito que tenho pelo **Mulherio** e do desejo de todas nós de que um veículo alternativo e feminista se afirme e se confirme cada vez mais como válido e confiável.

Angela Arruda
 Campina Grande

Mulherio responde
 Lamentamos ainda muito os erros, mas ressaltamos que o jornal existe para veicular informações sobre a mulher ignoradas pela grande imprensa e não para deturpá-las. Como defesa, apenas é possível dizer que todo tradutor é um traidor e todo copidescação que encarregado de reduzir sessenta linhas para vinte, nem sempre é feliz, podendo cometer deslizes não intencionais, como o ocorrido.

Trabalho e Loucura: união no ritmo produtivo

Onde termina a ansiedade provocada pelo trabalho assalariado e começa a loucura? Onde está o limite entre a alienação social e a alienação mental? Um estudo prova que a organização repressiva do trabalho não modela comportamentos somente nos escritórios e fábricas, mas também em casa e na rua.

LEILA VILLAS

"Toda divisão do trabalho na sociedade está unida, de modo inseparável, a certa degeneração espiritual e física. Mas como esta época, em que impera a manufatura, intensifica a desintegração dos ramos de trabalho e atenta contra a base vital do indivíduo, já temos material e oportunidade para o desenvolvimento de uma patologia industrial", escrevia Marx, no século passado.

Mas a sistematização dessa patologia só começou a emergir recentemente. Um de seus pioneiros, o psiquiatra francês Christophe Dejours, esteve meses atrás no Brasil, para o lançamento da tradução de seu livro *A Loucura do Trabalho (Estudo da Psicopatologia do Trabalho)*. Nele, Dejours aborda, já em um contexto industrial liderado pela energia nuclear e a informática, entre outras tecnologias de ponta, as relações entre trabalho, medo, ansiedade, loucura. Depreende-se de seu livro que a organização repressiva do trabalho modela comportamentos não apenas nos locais onde se desenvolve, mas também na vida dos trabalhadores, em casa e nas ruas.

No mercado de trabalho capitalista, há funções especialmente reservadas às mulheres, como a de telefonistas, por exemplo. Submetidas a uma disciplina extremamente rígida, essas profissionais assumem, em sua vivência pessoal, a linguagem e as reações robotizadas da PTT (a Telebrás francesa). "Na saída do trabalho, no metrô, as portas automáticas começam a fechar depois de um ruído, semelhante ao do telefone: dizemos então (automaticamente) o número do posto e trabalho", contam telefonis-

tas da PTT a Dejours. Ou: "Quando alguém na rua nos diz bom dia, respondemos: o que é que o senhor deseja?", lembrou ao autor outro grupo de funcionárias.

Vigiadas através da escuta, as telefonistas são impedidas de responder a grosserias ou exigências absurdas, por exemplo, e obrigadas a manter uma postura rígida. Sua única defesa diante do ritmo produtivo voraz é fornecer as informações solicitadas mais rapidamente, para poder desligar. Mas isso equivale a atender imediatamente novas ligações, reacelerando, dessa forma, o ritmo frenético de trabalho.

Em outros setores onde o pessoal é predominantemente feminino, como na indústria eletrônica, o aumento dos ritmos de trabalho chega a provocar crises de choro e de nervos, desmaios, tremedeiras. Fica patente, segundo o texto de Christophe Dejours, que as trabalhadoras dão mais vazão a seu sofrimento — não sentem, em geral, vergonha de sua condição humana, agredida pelos métodos irracionais impostos para a elevação da produtividade — em contraposição, na maioria dos casos, ao comportamento masculino. Como na construção civil, por exemplo, os homens mostram preferir continuar exibindo uma postura de "macho", desafiando e rindo do perigo, chegando, paradoxalmente, a orgulhar-se de sua condição de animais de carga. Então, a ideologia machista exibe flagrantemente seu caráter conservador (e reacionário).

Tais características de comportamento indicam, assim, que cabe às mulheres um papel de vanguarda na luta por melhores condições de trabalho, pela sua reorganização em formas humanizadas, contra a chamada "or-



A defesa das telefonistas contra o ritmo produtivo voraz é fornecer as informações solicitadas rapidamente, acelerando o processo

ganização científica do trabalho" taylorista. Sem dúvida, essa é uma luta difícil, pois a ideologia da produtividade acaba transformando a própria saúde mental em objeto de exploração. E os indivíduos que não podem suportar a máxima carga de trabalho, cuja estrutura mental cede, muitas vezes são lançados aos manicômios. Como saídas intermediárias, há o fato de os calmanes terem se tornado o best-seller dos remédios em todo o mundo; ou o avanço do consumo de cigarros, do álcool e de drogas, lado a lado com o processo de acumulação do capital.

Homens e mulheres: sem solidariedade

Outra constatação do livro do psiquiatra francês é a de que poucas questões sugerem melhor a conveniência de laços de verdadeira solidariedade entre mulheres e homens quanto a relacionada ao desafio do mercado de trabalho industrial para a preservação da saúde mental dos trabalhadores.

Sobretudo pela prática da manipulação psicológica, o dia-a-dia nos escritórios não costuma ser menos tenso do que nas fábricas e linhas de montagem. As relações hierárquicas provocam um aumento da ansiedade; a função da supervisão mostra ser, justamente, transformar essa ansiedade em rendimento do trabalho. As táticas são antigas e universais: acenam-se com prêmios e promoções, adidos indefinidamente, para elevar o índice de produtividade; enviam-se as relações entre colegas, criando um ambiente de rivalidade e concorrência entre eles; as relações solidárias e fraternas são substituídas pelas de suspeição e espiagem, o que gera sofrimento psicológico, isolamento, solidão afetiva.

Enquanto isso, nas fábricas, a imensa fragmentação do trabalho, sua subdivisão em gestos simples repetidos indefinidamente, originárias de uma ideologia de produtividade que anula toda a liberdade, afetam seriamente a saúde mental do operariado. Com o advento da organização taylorista do

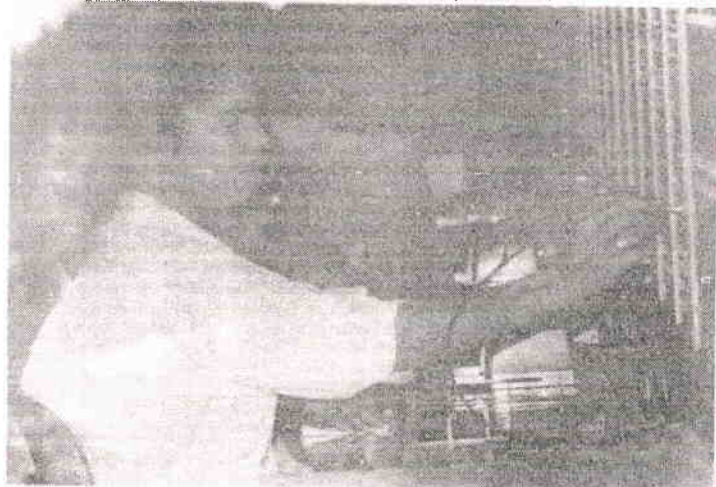
trabalho, dividem-se os gestos, as pessoas, e exclui-se a mente. Os indivíduos são reduzidos à estrutura de autômatos que ignoram o sentido e o destino de seu próprio trabalho. A despersonalização do trabalho desintelectualizado é penosa, e pode provocar até a paralisia mental.

Assim, o trabalho alienado acarreta um duplo sofrimento, que se revela em dois sintomas: a insatisfação e a ansiedade. Sobrevém uma sensação de inutilidade, para o trabalhador. Suas funções pouco qualificadas são desprovidas de conteúdo significativo, de uma significação humana. As possibilidades de uma vida plena são anuladas pela realidade de uma sobrevida — e aqui não há alternativas, não há opção existencial: a liberdade do trabalhador na era da superacumulação capitalista se reduz à escolha entre trabalhar, sob condições previamente determinadas pelo capital, ou morrer de fome. Eis o ser ou não ser da era moderna. Hamlet operário (ou colarinho branco) tem de optar pela vivência depressiva, pelo adormecimento intelectual, pelo esmaecimento de todas as suas aspirações.

Surge, nesse contexto, uma constelação de doenças psicossomáticas sobre a massa trabalhadora. Como o trabalho já não se adapta às características físicas e mentais do ser humano — antes, este é que deve se submeter aos ritmos alucinantes de produtividade — o colapso mental torna-se iminente. E o parâmetro inseparável do trabalho inadaptado é o medo na máquina, o medo no escritório, o medo coletivo que para sobre as cidades. Por sinal, o discurso dos panfletos trabalhistas costuma ser saturado de ansiedade — signo desse medo, que atinge a saúde mental da maioria dos assalariados. Em países "em desenvolvimento" como o nosso, dados suplementares apontam a fome, a síndrome do medo, o desemprego (ou o medo dele), a miséria (ou o seu medo) — entre outros.

Leila Villas é jornalista em São Paulo

A organização repressiva do trabalho modela comportamentos





Para Luci Choinaski, só as mulheres politizadas se modificam

Sem Corrupção, para variar

LENA BASTOS

Luci Choinaski, 33, casada, mãe de quatro filhos, e agricultora do oeste catarinense, conseguiu uma dupla vitória nestas últimas eleições em Santa Catarina. Apesar de todos os partidos terem apresentado suas candidatas, ela foi a única mulher eleita deputada estadual pelo PT com 6 mil votos. E, para completar e confirmar a exceção, ela saltou a difícil barreira que separa as mulheres do mundo político, através de um trabalho de base organizado junto ao Movimento dos Sem-Terra e Movimento de Mulheres Agricultoras.

Agora, em pleno exercício de seu mandato, Luci Choinaski já provou que tem um estilo diferente dos seus colegas. Não se limitou a criticar a atuação da Assembleia Legislativa, ela partiu para a ação. Embargou um aumento de salário para os deputados, votado durante o congelamento. Seu argumento foi cristalino: "Se os salários dos trabalhadores estão congelados, porque os nossos não?"

Mas não é só no plenário que Luci Choinaski mostra uma outra forma de encarar a vida. Com a necessidade de trabalhar em Florianópolis, ela teve que sair de sua casa, em Descanso, no interior catarinense, e mudar-se para um sítio, em Biguaçu, a 40 quilômetros de Florianópolis. Uma solução encontrada para poder, pelo menos de vez em quando, pegar na enxada e não perder as raízes de agricultora, filha de poloneses, que fala algumas palavras de polonês e italiano. Para Luci, ter uma horta é mais do que uma simples necessidade: "A terra me dá força. Para mim é fundamental."

Ao mesmo tempo em que sua vida de mulher agricultora está modificada, Luci enfrenta um mandato legislativo, e até arrisca um pouco de humor ao comentar sua chegada na Assembleia: "Aqui o papo é diferente, os problemas não são sentidos na pele, como

A deputada do PT catarinense, Luci Choinaski, causou o maior assombro na Terra dos Marajás, ao pedir o congelamento do salário dos parlamentares como se fossem uma classe qualquer de trabalhadores. Ela é líder dos sem-terra e luta pela aposentadoria e sindicalização da mulher agricultora.

no caso dos sem-terra. A minha prática é de luta, eu nasci na batalha do dia a dia. Quando eu cheguei, as pessoas se perguntavam — O que é que esta colona está querendo? Mas eu dei um tempo, me situei." Em relação à família, também aconteceram algumas alterações no cotidiano, principalmente para o marido José, agricultor, que agora tem de organizar o trabalho doméstico e ficar com as crianças (o mais novo está com um ano e nove meses). Mas é uma cooperação consciente, já que ele também participa do movimento e acredita na importância da luta na mudança da sociedade.

Vida de militante

A militância política de Luci Choinaski surgiu na Pastoral da Terra e no

Movimento de Mulheres Agricultoras. Já a colaboração com o PT aconteceu através dos sindicatos, quando participou ou apoiou o movimento de mulheres nas chapas de oposição, já que os sindicatos conservadores não admitiam a sindicalização da mulher agricultora, sob a alegação de que o marido se associando, a mulher adquire o mesmo direito. Mas a avaliação das mulheres agricultoras aponta para o fato de que a sindicalização da mulher é uma prova de que ela é agricultora.

Com este panorama, as propostas de luta levadas naquela região também possuem um caráter ligado a uma política da mulher, o que leva Luci a se posicionar: "Eu me considero feminista, não de forma doentia, mas por querer a autonomia de participação, igualdade de direitos. Eu vejo a luta dos traba-

lhadores como do homem e da mulher, visando construir a nova sociedade. Temos que começar já, e não quando terminar o capitalismo. A cabeça da mulher tem de mudar. Ela deve se valorizar. Do ponto de vista dos capitalistas é ruim que a mulher participe, pois somadas as forças, isso representa mais de 50% das pessoas."

Luci aponta para o fato de que a consciência de classe para as mulheres passa pelo útero, pelos filhos, o que explica a garra do próprio movimento de mulheres agricultoras, que lutam pela existência como trabalhadoras do campo, que ainda não têm aposentadoria, e apenas uma pensão de meio salário mínimo aos setenta anos. Além de não receber auxílio natalidade, a mulher agricultora depende do marido para se aposentar, não podendo fazê-lo antes do marido. Enfim, a mulher agricultora não é reconhecida como categoria de trabalhadora rural, uma situação que será definida pelos Constituintes. Neste sentido, Luci Choinaski já encaminhou abaixo-assinado propondo a aposentadoria da mulher trabalhadora rural aos 45 anos de idade, o que é justificável pelo fato de que todas as categorias se aposentam com 25 ou 30 anos de serviço e a mulher trabalhadora rural começa aos 15 anos e contribui com 25% da produção.

O drama dos Sem-Terra

Para Luci, a relação entre os sem-terra e os pequenos proprietários em Santa Catarina é de identidade, e aponta dois momentos deste processo. Depois de receber uma maciça campanha difamatória promovida pela mídia sobre os perigos do movimento dos sem-terra, os pequenos proprietários, que estão se proletarianizando violentamente, descobrem que o problema dos sem-terra já bateu na porta de suas casas, pois os seus filhos já são sem-terra.

Além destes fatores, na região do



Oeste e no Planalto de Santa Catarina, um total de 25 barragens vai expulsar de suas terras mais de 40 mil famílias, o que está potencializando um movimento de resistência. Neste caso, Luci aponta para o fato de que já foi construída a cidade de Itá e pergunta onde serão assentados os novos sem-terra, durante a implantação total deste projeto que vai se estender até o ano 2010.

Para ela, a perspectiva atual não é nada promissora. O número de assentados pelo governo, 2 mil famílias no Brasil, se agrava mais ainda com o crescente número de famílias que perdem as terras em função da atual política de juros altos. O total pode chegar entre 300 a 400 mil, este ano.

Como resultado desta situação, em Santa Catarina, começam a aparecer afavelamentos nas pequenas cidades, povoados pelos bóias-frias, os diaristas, muitos migrantes e alguns do local. Em algumas regiões, como o Planalto e Curitiba, o número de bóias-frias aumenta. Segundo Luci, a dificuldade de organização entre estas pessoas mostra que os problemas de sobrevivência não ajudam, e até ironiza: "A teoria do quanto mais pobre, mais rapidamente vai se organizar é furada. Veja o Etiópia. Na miséria absoluta, as pessoas não têm capacidade de se organizar como classe".

A entrada do capitalismo no campo não se reflete somente no aumento dos trabalhadores volantes em Santa Catarina. De acordo com Luci, um dos pontos aviltantes desta relação econômica se refere ao sistema dos integrados, que torna o trabalhador rural mão-de-obra gratuita, pois a indústria fornece a ração e vende os frangos, trabalhando com uma variação de custo de produção. Para Luci, "hoje o trabalhador rural é um peão gratuito, e além de tudo, honesto. Não existe mais concorrência e o preço é estipulado pela indústria. E a forma do capitalismo se encaixa no minifúndio. E as Cooperativas, como a Cooperalfa, Central das Cooperativas do Oeste, trabalham como a indústria. Elas acabam virando empresas e fazendo o mesmo sistema integrado", diz.

Mulheres na agricultura

Depois de fazer parte do Movimento dos Sem-Terra, Luci Choinaski centrali-



No dia 12 de agosto as mulheres agricultoras comemoram seu Dia Nacional de Luta.

zou suas forças no Movimento de Mulheres Agricultoras, que partiu de uma realidade bem difícil de ser trabalhada, já que a mulher agricultora não havia ainda participado de nada, olhando o sindicato e a política como negócios de homem, enquanto seu lugar se restringia à roça, aos filhos e à casa, o que faz com que a sua escolaridade seja muito baixa, aliada a uma educação que a ensina a ser submissa e só a prepara para o casamento. As discussões nos grupos de mulheres agricultoras ampliam a dimensão do mundo, constata Luci: "Ela vê que a importância dela é fundamental e isso se reflete na relação familiar, passando pela participação política e pela divisão das tarefas domésticas."

Mas Luci também acha que as discussões em torno da sexualidade feminina, do conhecimento do próprio corpo, são assuntos difíceis. "As mulheres agricultoras vivem uma realidade onde, por exemplo, a questão da separação não existe. A dependência delas é total. Para comprar alguma coisa ou passear, elas pedem licença ao marido. A maioria vive assim, só as que estão politizadas se modificam."

No dia 12 de agosto último, as mulheres agricultoras comemoraram o seu Dia Nacional de Luta, carregaram bandeiras com algumas reivindicações urgentes, como a aposentadoria, o reconhecimento como trabalhadora agrícola, todas acompanhadas por um símbolo, a flor margarida. Uma homenagem à Margarida Alves, sindicalista da Paraíba, Lagoa Grande, assassinada em 12 de agosto de 1983 pelos pistoleiros dos latifundiários, na frente do marido e dos filhos. Para Luci Choinaski, o movimento tem de ter o seu símbolo. "O dia de luto pela morte de Margarida também é o de todos os trabalhadores que foram sacrificados nesta luta, mas é principalmente das mulheres agricultoras". Para ela, as diferenças entre trabalhador rural e urbano devem ser entendidas. "A luta dos trabalhadores urbanos é diferenciada, mas a primeira coisa é querer entender as coisas. A própria burguesia sempre jogou nestas diferenças. Mas, o operário deve sentar junto com o agricultor para mudar a sociedade."

Lena Bastos é jornalista em Florianópolis

Deputados: Salários Congelados?

Em junho, a deputada Luci Choinaski levou requerimento à Mesa da Assembleia Legislativa onde pedia o congelamento dos vencimentos dos parlamentares e a suspensão do aumento de junho quando soube que seu salário seria reajustado naquele mês para Cz\$ 253 mil. Segundo a deputada, esse valor "é um verdadeiro acinte ao povo brasileiro, que vem passando pelo maior arrocho salarial de sua história". Sua folha de pagamento apresentava inúmeras justificativas para tal salário, que iam desde verbas para moradia, gastos com telefone, transporte, até despesas com correspondências, compras de

Luci Choinaski:
"A consciência de classe para as mulheres passa pelo útero"



Hélio Tomé

publicações e "despesas extras".

No entanto, a luta desta única representante do PT na Assembleia de Santa Catarina parece ter sido em vão. Ela fez a denúncia em plenário, mas seus colegas da Mesa retiveram os documentos "para análise".

Na última semana de agosto, os deputados catarinenses não se deram por vencidos e começaram uma campanha de difamação contra Luci, chamando-a de demagoga. Mas, apesar de isolada, ela enfatiza: "Os deputados de fevereiro a junho tiveram 150% de aumento, enquanto o resto do funcionalismo público recebeu apenas 57%".